



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PExt no HABEAS CORPUS Nº 675784 - SP (2021/0195389-9)**

**RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**  
**REQUERENTE : FELIPE PEREIRA CAMPOS DO CARMO**  
**REQUERENTE : THIAGO DA SILVA MELO**  
**REQUERENTE : FERNANDO RODRIGUES DE AGUINO**  
**ADVOGADOS : CLAUDIO REIMBERG - SP242552**  
**EDUARDO ALEXANDRE MARCELINO FILHO - SP438328**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**INTERES. : JEFFERSON BEZERRA ALVES DA SILVA**  
**ADVOGADO : WILLIAM FERNANDES CHAVES - SP236257**

### DESPACHO

Cuida-se de pedido de extensão, formulado por FELIPE PEREIRA CAMPOS DO CARMO, THIAGO DA SILVA MELO e FERNANDO RODRIGUES DE AGUINO, da liminar deferida pelo ministro relator no *habeas corpus* impetrado em favor do corréu JEFFERSON BEZERRA ALVES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0001624-53.2017.8.26.0628).

O requerente FELIPE PEREIRA CAMPOS DO CARMO foi condenado a 88 anos, 5 meses e 20 dias de reclusão no regime fechado, e os requerentes THIAGO DA SILVA MELO e FERNANDO RODRIGUES DE AGUINO foram condenados a 103 anos, 2 meses e 18 dias de reclusão no regime fechado, todos pela prática do crime de latrocínio tentado (por quatro vezes) em concurso de agentes.

Aduzem os requerentes que se encontram na mesma situação fático-processual do paciente JEFFERSON BEZERRA ALVES DA SILVA, ressaltando que também aguardam o julgamento de recursos interpostos e que é prematura a determinação da execução provisória das penas .

Pugnam, assim, pela extensão dos efeitos da decisão liminar concedida ao paciente pelo ministro relator do *habeas corpus*, determinando-se a suspensão da execução das penas até o trânsito em julgado da condenação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, ao Tribunal de origem, sobretudo acerca do andamento da ação penal objeto deste *habeas corpus* e da eventual interposição de recursos contra o acórdão que confirmou a condenação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente